

# Pirapora II Solar Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidada em 31  
de dezembro de 2021 e 2020 e relatório dos auditores  
independentes**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas das demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da  
Pirapora II Solar Holding S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pirapora II Solar Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pirapora II Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Mensuração da receita

Veja as Notas 3.13 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Principal assunto de auditoria

O reconhecimento da receita da Companhia envolve a mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do exercício, determinada com base nos relatórios de geração de energia. A estimativa dessa receita não faturada leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros das medições de geração efetuadas pela Companhia bem como dados contratuais, tais como os dados acerca do volume de geração mensal e os preços contratualmente estabelecidos.

A estimativa da receita não faturada é preparada mensalmente para o grupo de transações de receita e eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

Devido às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, além de julgamentos por parte da administração acerca da estimativa de energia a ser comercializada e sua projeção considerando o ciclo de faturamento do mercado a qual a empresa está inserida, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(a) Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à mensuração da receita incorrida mas ainda não faturada;

(b) Teste da consistência e procedência dos dados utilizados no cálculo da receita incorrida mas ainda não faturada;

(c) Análise dos dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados dos da receita faturada e dados de volume e preço contratualmente definidos, com objetivo de verificar se são apropriados, confiáveis e se foram devidamente interpretados pela Companhia.

(d) Confronto dos valores estimados e reconhecidos de receita não faturada com as bases de faturamento do período subsequente ao fechamento de cada mês, observando notas fiscais emitidas e a razoabilidade do respectivo estorno da provisão no período subsequente;

(e) Confronto dos relatórios de faturamento com a respectivas notas fiscais emitidas, comprovantes de liquidação do órgão regulador e evidência contratual acerca da razoabilidade dos preços usados como base para reconhecimento da receita.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer  
Contador CRC RJ-109093/O-5

# Pirapora II Solar Holding S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.663	7.944.525	18.711.981	18.436.073
Títulos e valores mobiliários	5	9.442.357	649.919	23.809.489	31.322.030
Contas a receber de clientes	6	-	-	11.979.491	26.841.064
Adiantamentos diversos		-	-	2.153	950
Despesas antecipadas		1.759	717	7.036	2.866
Tributos a recuperar		238.477	224.160	632.912	491.944
Dividendos a receber	19	2.859.919	5.618.173	-	-
		<b>12.551.175</b>	<b>14.437.494</b>	<b>55.143.063</b>	<b>77.094.927</b>
<b>Não circulante</b>					
Investimentos em sociedades controladas	7	105.009.348	112.682.022	-	-
Imobilizado	8	-	-	382.894.480	398.658.337
Direito de uso de arrendamento		-	-	5.818.164	5.625.283
Intangível	9	18.177.388	18.708.060	18.177.389	18.708.060
		<b>123.186.736</b>	<b>131.390.082</b>	<b>406.890.032</b>	<b>422.991.680</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>135.737.911</b>	<b>145.827.576</b>	<b>462.033.095</b>	<b>500.086.607</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Contas a pagar	11	24.056	-	5.249.757	-
Contas a pagar - parte relacionadas		-	-	41.678	-
Tributos a recolher	10	1.288	2.019	857.160	646.219
Empréstimos e financiamentos	12	12.455.380	9.812.489	33.985.048	28.838.685
Arrendamento mercantil		-	-	719.282	712.884
Dividendos a pagar	19	-	3.114.408	-	3.114.408
Provisão para IRPJ e CSLL correntes	18	-	-	821.237	687.710
Adiantamento de clientes		-	-	1.000	8.063.826
		<b>12.480.724</b>	<b>12.952.969</b>	<b>41.675.162</b>	<b>49.847.120</b>
<b>Não circulante</b>					
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos	18	-	-	365.321	1.071.127
Arrendamento mercantil		-	-	4.698.130	4.728.764
Empréstimos e financiamentos	12	119.398.922	112.192.152	411.436.217	423.757.141
		<b>119.398.922</b>	<b>112.192.152</b>	<b>416.499.668</b>	<b>429.557.032</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	13.1	10.075.818	10.075.818	10.075.818	10.075.818
Reserva legal	13.4	1.263.415	1.263.415	1.263.415	1.263.415
Dividendos adicionais propostos	13.3	3	9.343.222	3	9.343.222
Prejuízos acumulados		(7.480.971)	-	(7.480.972)	-
		<b>3.858.265</b>	<b>20.682.456</b>	<b>3.858.265</b>	<b>20.682.455</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>135.737.911</b>	<b>145.827.576</b>	<b>462.033.095</b>	<b>500.086.607</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Pirapora II Solar Holding S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		Controladora		Consolidada	
	Nota	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas e custos operacionais</b>					
Receita Líquida de vendas	14	-	-	81.951.988	76.199.885
Custo das vendas	15	-	-	(27.389.663)	(26.501.930)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54.562.325</b>	<b>49.697.955</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	16	(739.338)	(782.327)	(1.922.092)	(2.706.331)
Outras receitas operacionais	16	-	-	1.199.297	2.821.746
Resultado de equivalência patrimonial		12.041.764	23.655.466	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos</b>		<b>11.302.426</b>	<b>22.873.139</b>	<b>53.839.530</b>	<b>49.813.370</b>
Despesas financeiras	17	(18.814.265)	(9.785.853)	(60.054.479)	(34.594.904)
Receitas financeiras	17	30.867	26.008	1.976.631	1.709.199
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(18.783.398)</b>	<b>(9.759.845)</b>	<b>(58.077.848)</b>	<b>(32.885.705)</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(7.480.972)</b>	<b>13.113.294</b>	<b>(4.238.318)</b>	<b>16.927.665</b>
IR e CS correntes	18	-	-	(3.948.459)	(3.175.877)
IR e CS diferidos	18	-	-	705.806	(638.494)
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>		<b>(7.480.972)</b>	<b>13.113.294</b>	<b>(7.480.972)</b>	<b>13.113.294</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Pirapora II Solar Holding S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>(7.480.972)</b>	<b>13.113.294</b>	<b>(7.480.972)</b>	<b>13.113.294</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total de Outros resultados abrangentes líquidos de impostos</b>	<b>(7.480.972)</b>	<b>13.113.294</b>	<b>(7.480.972)</b>	<b>13.113.294</b>

# Pirapora II Solar Holding S.A.

## Demonstrações mutação patrimônio líquido – Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros/prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º janeiro de 2020</b>	<b>17.975.818</b>	<b>607.751</b>	<b>8.660.444</b>		<b>27.244.013</b>
Pagamento de dividendos (Nota 11.4)			(8.660.444)		(8.660.444)
Redução de capital (Nota 13.1)	(7.900.000)				(7.900.000)
Subscrição de capital					
Lucro do exercício				13.113.294	13.113.294
Destinação do lucro:					
. Reserva legal (Nota 11.3)		655.664		(655.664)	-
. Dividendos a pagar (Nota 11.2)				(3.114.408)	(3.114.408)
. Dividendos adicionais propostos (Nota 11.4)			9.343.222	(9.343.222)	-
					-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>10.075.818</b>	<b>1.263.415</b>	<b>9.343.222</b>	<b>-</b>	<b>20.682.455</b>
Pagamento de dividendos (Nota 13.4)			(9.343.219)		(9.343.219)
Prejuízo do exercício				(7.480.972)	(7.480.972)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.075.818</b>	<b>1.263.415</b>	<b>3</b>	<b>(7.480.972)</b>	<b>3.858.265</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Pirapora II Solar Holding S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>	(7.480.972)	13.113.294	(7.480.972)	13.113.294
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
. Depreciação	-	-	17.792.513	17.409.749
. Amortização de intangível	530.671	530.671	530.671	530.671
. Provisão de juros - financiamento BNB	-	-	38.925.456	20.681.771
. Juros arrendamento mercantil	-	-	631.060	595.146
. Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(22.736)	-	(906.421)	-
. Amortização direito de uso	-	-	192.881	230.552
. Provisão de Juros debêntures	18.417.821	9.416.141	18.417.821	9.416.141
. Baixa de imobilizado	-	-	44.740	9.333.009
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(705.806)	638.494
. Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	3.948.459	3.175.877
. Perda/Ganho de equivalência patrimonial	(12.041.764)	(23.655.466)	-	-
	<b>(596.980)</b>	<b>(595.359)</b>	<b>71.390.402</b>	<b>75.124.705</b>
<b>Variações dos Ativos e Passivos operacionais</b>				
. Aplicações financeiras	-	162.251	-	(29.107.268)
. Contas a receber de clientes	-	-	14.861.573	(12.748.915)
. Adiantamentos	-	57.634	(1.204)	399.053
. Despesas antecipadas	(1.042)	(717)	(4.170)	257.353
. Tributos a recuperar	(14.317)	(7.404)	(140.968)	9.049
. Tributos a recolher	(731)	(7.622)	210.941	(169.959)
. Contas a pagar	6	(22.051)	(2.533.631)	5.762.756
. Contas a pagar - Parte relacionadas	-	-	41.685	-
. Adiantamento de clientes	-	-	(8.062.826)	8.063.826
. Outros	-	-	-	(842.340)
	<b>(16.084)</b>	<b>182.091</b>	<b>4.371.399</b>	<b>(28.376.445)</b>
<b>Gerado pelas operações:</b>				
. Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.814.932)	(3.337.923)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(613.064)</b>	<b>(413.268)</b>	<b>70.352.673</b>	<b>43.410.337</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
. Aplicações em títulos e valores mobiliários	(25.035.597)	-	(86.464.236)	-
. Resgate de títulos e valores mobiliários	24.210.420	-	112.278.213	-
. Dividendos recebidos	22.472.694	28.823.467	-	-
. Aquisição de imobilizado	-	-	(2.073.396)	(2.029.127)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>21.647.517</b>	<b>28.985.718</b>	<b>23.740.581</b>	<b>(2.029.127)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
. Pagamento de dividendos	(12.457.629)	(11.547.259)	(12.457.629)	(11.547.259)
. Redução de Capital	-	(7.900.000)	-	(7.900.000)
. Juros Debentures	(8.828.873)	(5.855.151)	(8.828.873)	(5.855.151)
. Custo a amortizar debentures	260.712	261.428	260.712	261.428
. Empréstimos - Amortização principal	-	-	(15.934.539)	(14.917.440)
. Empréstimos - Amortização juros	-	-	(40.015.141)	(21.091.305)
. Custos de transação de empréstimos	-	-	-	186.444
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(21.025.790)</b>	<b>(25.040.982)</b>	<b>(76.975.470)</b>	<b>(60.863.283)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.663</b>	<b>3.369.217</b>	<b>18.711.981</b>	<b>(19.482.073)</b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>				
<b>No início do exercício</b>	7.944.525	4.575.308	18.436.073	37.918.146
<b>No final do exercício</b>	7.953.188	7.944.525	37.148.054	18.436.073
	<b>8.663</b>	<b>3.369.217</b>	<b>18.711.981</b>	<b>(19.482.073)</b>
<b>Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa:</b>				
Dividendos propostos a pagar	-	-	12.457.630	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

### **1 Contexto operacional**

A Pirapora Solar Holding S.A ("Pirapora Holding" ou "Companhia") é uma Companhia anônima, constituída em 1 de julho de 2017, que se rege pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso nº 52, 18º andar, Centro. A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras Companhias.

O Consórcio Pirapora, foi um dos vencedores no 8º leilão de energia de Reserva, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 13 de novembro de 2015. Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 25,2 MWh ao preço médio de R\$ 300 /MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas três entidades (suas controladas) as quais receberam a autorização para exploração das usinas que, juntas, possuem capacidade total instalada de 90MW ofertada nesse mesmo leilão.

Em 16 de maio de 2017, a empresa Canadian Solar Inc, transferiu as entidades do complexo Solar Pirapora II para a Companhia Pirapora II Solar Holding S.A., através da incorporação das ações, a Companhia passou a controlar 100% do capital das Companhias Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A., detendo assim participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, que totalizam 90MW. As empresas Controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

Em 16 de maio de 2017, foram assinados os contratos definitivos de compra e venda na qual a Companhia EDF EN do Brasil Participações Ltda adquiriu 80% de participação no capital social da Pirapora II Solar Holding S.A.

As Entidades controladas entraram em operação comercial ao longo do mês de maio de 2018, conforme evidenciado abaixo:

- Pirapora II: a partir do dia 26 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.167, de 25 de maio de 2018;
- Pirapora III: a partir do dia 18 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.098, de 17 de maio de 2018;
- Pirapora IV: a partir do dia 04 de maio de 2018, conforme despacho nº 998, de 03 de maio de 2018;

Em 07 de dezembro de 2018, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Companhia, sendo 30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 100% da participação da Canadian Solar Uk Projects Limited. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

## 1.1 Efeitos da pandemia (“COVID-19”)

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes neste país e seus regulamentos internos.

A extensão dos impactos do COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais restrições impostas por governos e outros possíveis desdobramentos nos Estados em que a Companhia atua. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros stakeholders envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis.

As incertezas sobre o setor elétrico foram mitigadas pelo governo através do o Decreto nº 10350/2020 que estabeleceu empréstimo às empresas do setor via Conta-Covid com valor teto de R\$ 16,1 bilhões, esse socorro atendeu as necessidades das distribuidoras de energia evitando eventos atrasos nos pagamentos motivados por inadimplência do consumidor final de energia.

Em 2021, a Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou impactos relevantes a serem divulgados e não possuem visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos acima mencionados. A Companhia está constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.

## 1.2 Da autorização

As Companhias fazem parte do Complexo Solar Pirapora II que possui capacidade total instalada de 90 MW (114,926 MWp). Suas controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar e suas controladas assinaram com a União, por meio da Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para a construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Abaixo encontram-se evidenciadas as características de cada controlada, a saber:

<b>Controladas</b>	<b>Assinatura da Outorga</b>	<b>Capacidade</b>
Pirapora II Energias Renováveis S.A.	10 de maio de 2016	30 MW
Pirapora III Energias Renováveis S.A.	09 de maio de 2016	30 MW
Pirapora IV Energias Renováveis S.A.	31 de maio de 2016	<u>30 MW</u>
		<u>90 MW</u>

A contabilização da energia produzida pelas controladas ocorre de forma mensal. De acordo com o PPA, a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- (a) Planta fotovoltaica composta por três subparques de 30 MW cada;
- (b) Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- (c) Subestação Coletora Pirapora I 34,5/138 kV;
- (d) Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora II à Subestação Pirapora 2;
- (e) Bay de Conexão na Subestação Pirapora II em 138/345/500kV.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2022.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 20.

### **2.3 Mensuração do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos pelo valor contábil das contas a receber de clientes, adiantamentos diversos, despesas antecipadas, contas a pagar, contas a pagar partes relacionadas e, empréstimos e financiamentos, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 20.

## 2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

### Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As práticas e políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

<u>Controlada</u>	<u>Atividade</u>	<u>% Participação</u>
Pirapora II Energias Renováveis S.A	Geração de energia solar	100
Pirapora III Energias Renováveis S.A	Geração de energia solar	100
Pirapora IV Energias Renováveis S.A	Geração de energia solar	100

### Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira do que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

## **2.6 Uso de estimativas e julgamento**

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos e estimativas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão contemplados a seguir:

### **(i) Provisões para contingências judiciais**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **(ii) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 18).

## **2.7 Classificação corrente versus não corrente**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.



Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados passivo não circulante.

### **3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **3.1 Instrumentos financeiro**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos diversos e despesas antecipadas.

**(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

**(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

**(v) Desreconhecimento**

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

**(vi) Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

### **3.2 Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas

### **3.3 Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

A Companhia também possui investimentos financeiros cujo os resgates são limitados para fins que não sejam relacionados a aqueles que deram origem à obtenção dos recursos.

### **3.4 Contas a receber**

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de créditos, conforme CPC 48.

### **3.5 Investimento em controladas**

O investimento em controladas (Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A. e Pirapora IV Energias Renováveis S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

### **3.6 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### **3.7 Ativo intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

### **3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)**

#### **(i) *Ativos financeiros***

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou indicativo de perdas relacionadas a ativos financeiros.

#### **(ii) *Ativos não financeiros***

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia e suas controladas, não identificaram indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### **3.9 Contas a pagar**

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

### **3.10 Empréstimos , financiamentos e debêntures**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. A companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34 A.

Os custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

#### ***Debêntures***

Em 13 de setembro de 2019, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

### **3.11 Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### **3.12 Resultados financeiros**

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimentos de títulos e valores mobiliários, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### **3.13 Receitas de contratos com clientes**

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

### **3.14 Tributos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real enquanto as investidas estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

#### **(i) Lucro presumido**

As Companhias controladas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

#### **(ii) Lucro real**

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

#### **Tributos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na controladora, não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2021.

#### **Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

### 3.15 Arrendamentos mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

### 3.16 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

#### Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas não aplicaram as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatária:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 25 (IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato	01/01/2022
Alterações CPC 37, 48 e 06 (IFRS 1, IFRS 9 e IFRS 16)	Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020	01/01/2022
Alterações CPC 27 (IAS 16)	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações CPC 15 (IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

#### 4 Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos	8.663	7.944.525	18.711.981	18.436.073
<b>Total</b>	<b>8.663</b>	<b>7.944.525</b>	<b>18.711.981</b>	<b>18.436.073</b>

#### 5 Títulos e valores mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	9.442.357	649.919	23.809.489	31.322.030
<b>Total</b>	<b>9.442.357</b>	<b>649.919</b>	<b>23.809.489</b>	<b>31.322.030</b>

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e contas garantia, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2021, sobre o DI CETIP ("CDI") de 95,00% . As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

#### 6 Contas a receber

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos de Energia de Reserva (i)	11.979.491	8.633.807
Outras receitas - Biosar (ii)	-	18.207.257
<b>Total</b>	<b>11.979.491</b>	<b>26.841.064</b>

(i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia. Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

(ii) Valor refere-se a cobrança a Biosar Brasil Energia Renovável Ltda referente a multas por não atendimentos a requisitos técnicos, tais como reembolso de custos.



A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas. Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

O ciclo de liquidação dos títulos a receber gira em torno de 30 dias.

## 7 Investimentos em sociedades controladas

A Companhia possui o controle integral das controladas.

### a) Movimentação do investimento

	Saldo em 31/12/2020	Equivalência	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
Pirapora II Energias Renováveis	37.476.045	4.723.544	(6.724.783)	35.474.805
Pirapora III Energias Renováveis	37.761.981	3.806.684	(6.695.366)	34.873.299
Pirapora IV Energias Renováveis	37.443.998	3.511.535	(6.294.290)	34.661.243
	<b>112.682.024</b>	<b>12.041.763</b>	<b>(19.714.439)</b>	<b>105.009.348</b>
	Saldo em 31/12/2019	Equivalência	Dividendos	Saldo em 31/12/2020
Pirapora II Energias Renováveis	38.318.689	7.863.778	(8.706.422)	37.476.045
Pirapora III Energias Renováveis	38.780.730	8.128.109	(9.146.858)	37.761.981
Pirapora IV Energias Renováveis	39.162.913	7.663.579	(9.382.494)	37.443.998
	<b>116.262.332</b>	<b>23.655.466</b>	<b>(27.235.774)</b>	<b>112.682.024</b>

### a) Principais informações financeiras

Apresentamos abaixo as principais informações financeiras das entidades controladas:

#### 2021

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
Ativo Circulante	15.777.184	15.351.274	14.501.928
Ativo Não Circulante	130.065.389	129.072.361	129.574.894
Passivo Circulante	12.280.476	9.872.282	10.080.178
Passivo Não Circulante	98.087.292	99.678.053	99.335.400
Patrimônio Líquido	35.474.805	34.873.300	34.661.244
Resultado	4.723.544	3.806.684	3.511.535

#### 2020

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
Ativo Circulante	22.542.238	21.866.838	23.866.532
Ativo Não Circulante	137.206.264	135.446.354	134.789.989
Passivo Circulante	14.817.099	13.590.369	14.104.915
Passivo Não Circulante	107.455.358	105.960.841	107.107.608
Patrimônio Líquido	37.476.045	37.761.982	37.443.998
Resultado	7.863.778	8.128.110	7.663.579

## 8 Imobilizado

A movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

### Consolidado

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Painéis solares fotovoltaicos	4%	398.658.338	2.073.396	(44.741)	(17.792.513)	<b>382.894.480</b>
<b>Total</b>		<b>398.658.338</b>	<b>2.073.396</b>	<b>(44.741)</b>	<b>(17.792.513)</b>	<b>382.894.480</b>
Custo de aquisição		445.327.820				447.356.475
Depreciação acumulada		(46.669.482)				(64.461.995)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>398.658.338</b>				<b>382.894.479</b>

### Consolidado

	Taxa de deprec. Anual%	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Painéis solares fotovoltaicos	4%	423.371.969	2.029.127	(9.333.009)	(17.409.749)	<b>398.658.337</b>
<b>Total</b>		<b>423.371.969</b>	<b>2.029.127</b>	<b>(9.333.009)</b>	<b>(17.409.749)</b>	<b>398.658.337</b>
Custo de aquisição		452.631.702				445.327.819
Depreciação acumulada		(29.259.733)				(46.669.482)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>423.371.969</b>				<b>398.658.337</b>

(i) Referem-se a baixas de capex por reparo e substituição de ativos danificados.

## 9 Intangível

A composição do intangível das controladas e consolidado é demonstrada abaixo:

	Taxa de amortização a.a.	Saldo em 31/12/2020	Amortização de intangível	Saldo em 31/12/2021
Pirapora II Energias Renováveis	2,86%	6.284.875	(178.615)	6.106.260
Pirapora III Energias Renováveis	2,86%	6.243.356	(177.063)	6.066.293
Pirapora IV Energias Renováveis	2,86%	6.179.829	(174.994)	6.004.836
		<b>18.708.060</b>	<b>(530.671)</b>	<b>18.177.388</b>
	Taxa de amortização a.a.	Saldo em 01/01/2020	Amortização de intangível	Saldo em 31/12/2020
Pirapora II Energias Renováveis	2,86%	6.463.489	(178.614)	6.284.875
Pirapora III Energias Renováveis	2,86%	6.420.419	(177.063)	6.243.356
Pirapora IV Energias Renováveis	2,86%	6.354.823	(174.994)	6.179.829
		<b>19.238.731</b>	<b>(530.671)</b>	<b>18.708.060</b>

Refere-se a aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelo órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Companhia.

## 10 Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos Federais	1.288	2.019	781.588	619.754
Tributos Estaduais	-	-	38.491	3.496
Tributos Municipais	-	-	2.438	12.095
INSS retido	-	-	34.642	10.874
<b>Total</b>	<b>1.288</b>	<b>2.019</b>	<b>857.160</b>	<b>646.219</b>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

## 11 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Manutenção (i)	-	-	283.835	6.092.474
Serviços	2.402	21.804	375.865	111.892
Aquisição de imobilizado	-	-	20.617	1.273.775
Outros	21.654	2.249	4.569.440	305.247
	<b>24.056</b>	<b>24.053</b>	<b>5.249.757</b>	<b>7.783.388</b>

(i) Valor referente a manutenção dos parques de energia solar das empresas do grupo.

## 12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Linha de Crédito	Moeda	Encargos			Controladora		Consolidado	
		anuais	Taxa	Vencimentos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Principal Debentures	R\$	IPCA+4,22%	<b>14,28%</b>	15/12/2031	115.050.000	118.000.000	115.050.000	118.000.000
Juros					19.401.437	6.862.489	19.401.437	6.862.489
Custos a Amortizar	-	-	-	-	(2.597.135)	(2.857.848)	(2.597.135)	(2.857.848)
					<b><u>131.854.302</u></b>	<b><u>122.004.641</u></b>	<b><u>131.854.302</u></b>	<b><u>122.004.641</u></b>
BNB - PROINFRA	R\$	IPCA+2,08%	<b>6,52%</b>		-	-	309.662.259	328.434.458
Juros					-	-	3.904.704	2.156.727
					-	-	<b><u>313.566.963</u></b>	<b><u>330.591.185</u></b>
					<b><u>131.854.302</u></b>	<b><u>122.004.641</u></b>	<b><u>445.421.265</u></b>	<b><u>452.595.826</u></b>
Circulante					12.455.380	9.812.489	33.985.048	28.838.685
Não circulante					119.398.922	112.192.152	411.436.217	423.757.141

### Controladora

#### *Debêntures (Bridge Loan)*

Em 13 de setembro de 2019 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Abaixo, apresentamos as principais características:

Linha de Crédito	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de vencimento
Pirapora II Solar Holding	R\$ 118.000.000	118.000	1.000	15/12/2031

A movimentação nos exercícios de 2021 e 2020 das debêntures segue apresentada abaixo:

<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019</b>	118.182.222	<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>122.004.641</b>
Juros e encargos	9.416.141	Juros e encargos	18.417.821
Liquidação de juros	(5.855.151)	Liquidação de juros	(8.828.873)
Custos de captação	261.428	Custos de captação	260.712
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>122.004.641</u></b>	<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2021</b>	<b><u>131.854.302</u></b>

### Covenants

A não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado e de dividendos de no mínimo 1,05 poderá acarretar em deliberação de vencimento antecipado em Ata Geral pelos debenturistas. Os índices calculados para 2021, são ICSD Consolidado 1,06 e ICSD dividendos 2,55.

## Consolidado

Em 28 de junho de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 366.477.566 tendo ocorrido a liberação total de R\$ 354.071.151.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque solar.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,0766% a.a, com exigibilidade mensal após o termino do período de carência em 15 de fevereiro de 2019.

Abaixo, apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2021 e 2020:

### Consolidado

<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>463.913.936</b>	<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>452.595.825</b>
Juros e encargos	30.097.912	Juros e encargos	57.343.277
Liquidação de principal	(14.917.440)	Liquidação de principal	(15.934.539)
Liquidação de juros	(26.946.455)	Liquidação de juros	(48.844.017)
Montante Captado	-	Montante Captado	-
Custos de captação	447.872	Custos de captação	260.715
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>452.595.825</b>	<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>445.421.265</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>28.838.685</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>21.529.668</b>
<b>Passivo Não circulante</b>	<b>423.757.141</b>	<b>Passivo Não circulante</b>	<b>423.891.597</b>

## Covenants

A não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado e de dividendos de no mínimo 1,05 poderá acarretar em deliberação de vencimento antecipado em Ata Geral pelos debenturistas. Os índices calculados para 2021, são ICSD Consolidado 1,06 e ICSD dividendos 2,55.

## Garantias

O empréstimo conta com penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos e alienação fiduciária dos direitos creditórios, além de três meses de serviço da dívida em conta reserva.

## 13 Patrimônio líquido

### 13.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10.075.818 (R\$ 10.075.818 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 10.075.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

		<u>Controladora</u>	-	<u>Controladora</u>
	%	<b>2021</b>		<b>2020</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50	5.037.909		5.037.909
Ômega Geração S.A.	50	5.037.909		5.037.909
	<u>100</u>	<u>10.075.818</u>	-	<u>10.075.818</u>

### Resultado do exercício

A Companhia registrou prejuízo no montante de R\$ 6.950.301 em 31 de dezembro de 2021 (Lucro de R\$ 13.113.293 em 31 de dezembro de 2020).

### 13.2 Dividendos a pagar

Os dividendos da Companhia são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Companhia poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>		13.113.294
(-) Prejuízo acumulados anteriores	(7.480.972)	-
<b>Base para a constituição de reserva legal</b>	<b>(7.480.972)</b>	<b>13.113.294</b>
(-) Constituição de reserva legal	-	(655.664)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	-	12.457.630
Dividendos a pagar	-	(3.114.409)
Dividendos adicionais propostos	-	(9.343.222)

### 13.3 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social.

### 13.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras. Em 2021, a Companhia distribuiu dividendos adicionais no montante de R\$ 9.343.219, referente a exercícios anteriores.

## 14 Receitas líquida de vendas

A composição das receitas de vendas consolidada é demonstrada abaixo:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
<b>Geração de energia</b>		
Receita de vendas	85.310.899	79.087.539
<b>Receita bruta</b>	<b>85.310.899</b>	<b>79.087.539</b>
<b>(-) Deduções da receita bruta</b>		
Ressarcimento	(244.545)	-
PIS	(554.613)	(514.240)
COFINS	(2.559.753)	(2.373.414)
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>(3.358.911)</b>	<b>(2.887.654)</b>
<b>Total da receita líquida</b>	<b>81.951.988</b>	<b>76.199.885</b>

Em 2021, as investidas registraram um aumento em sua receita líquida devido a maior disponibilidade de recurso natural em relação ao ano anterior, resultando em uma maior geração de energia.

## 15 Custos das vendas por natureza

A composição dos custos das vendas por natureza é demonstrada abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Custos operacionais</b>		
Seguros	(695.194)	(778.730)
Ajustes na conta da CCEE	(337.686)	(183.024)
	<b>(1.032.880)</b>	<b>(961.754)</b>
<b>Impostos e taxas</b>		
TUSD	(4.453.887)	(3.712.691)
Taxa de regulamentação	(372.842)	(310.598)
	<b>(4.826.729)</b>	<b>(4.023.289)</b>
<b>Serviços prestados</b>		
Serviços de Manutenção	(2.834.385)	(3.511.470)
Gestão de ativos	(531.953)	-
Serviços de consultoria e gestão de ativos	(371.203)	(365.116)
	<b>(3.737.541)</b>	<b>(3.876.586)</b>
<b>Depreciação</b>		
Custo com depreciação	(17.792.513)	(17.640.301)
	<b>(17.792.513)</b>	<b>(17.640.301)</b>
<b>Total dos custos de vendas</b>	<b>(27.389.663)</b>	<b>(26.501.930)</b>

## 16 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas operacionais por natureza é demonstrada abaixo:

### 16.1 Despesas gerais e administrativas

#### Despesas de vendas

Despesas administrativas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas Legais	(3.990)	(6.723)	(331.489)	(112.348)
Despesas com publicações	-	(11.438)	-	(31.241)
Correios	-	(50)	-	(3.654)
Reversões de provisões	-	(30.604)	-	(30.604)
Amortização do intangível	(530.671)	(530.671)	(530.671)	(530.671)
Outras	-	(732)	-	(5.185)
	<b>(534.661)</b>	<b>(580.218)</b>	<b>(862.160)</b>	<b>(713.703)</b>

Impostos e taxas	2021	2020	2021	2020
Impostos de importação	-	(84)	(21.430)	(44.111)
Multas	-	-	(30)	(2.998)
Pis e Cofins	(1.435)	(1.195)	(1.435)	(1.195)
Outros impostos e taxas	-	-	-	(214)
	<b>(1.435)</b>	<b>(1.279)</b>	<b>(22.895)</b>	<b>(48.518)</b>

Despesas com serviços prestados	2021	2020	2021	2020
Honorários de Contadores	(44.872)	(46.223)	(179.492)	(284.703)
Honorários de Consultores	(82.382)	(75.615)	(82.382)	(130.234)
Honorários de Auditores	(32.707)	(39.070)	(115.990)	(138.558)
Honorários de Advogados	(6.004)	(13.593)	(105.562)	(559.830)
Publicidade	(7.499)	-	(22.295)	-
Informática	-	(26.330)	-	(27.337)
Serviços de tradução	-	-	-	(26.363)
Outros Serviços	(29.777)	-	(230.540)	(133.302)
	<b>(203.242)</b>	<b>(200.831)</b>	<b>(736.261)</b>	<b>(1.300.327)</b>

Rateio de despesas	2021	2020	2021	2020
Gestao administrativa	-	-	(300.776)	(232.634)
Gestao de ativos	-	-	-	(411.151)
	-	-	<b>(300.776)</b>	<b>(643.785)</b>

<b>Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais</b>	<b>(739.338)</b>	<b>(782.328)</b>	<b>(1922.092)</b>	<b>(2.706.331)</b>
--	------------------	------------------	-------------------	--------------------

Outras receitas operacionais	2021	2020	2021	2020
Recuperação de despesas (i)	-	-	1.125.529	240.607
Outras receitas operacionais (ii)	-	-	73.768	2.581.139
	-	-	<b>1.199.297</b>	<b>2.821.746</b>

(i) Refere-se a cobrança de multas por não atendimento a requisitos técnicos.

(ii) O valor refere-se a receita de recomposição de ativos e custos da Biosar e estornos de despesas de Serviços de Pessoas Jurídicas de anos anteriores.



Em 2021, houve a revogação do contrato de rateio de gastos (cost sharing) com a empresa EDF EN Participações Ltda., substituindo pelo contrato de prestação de serviços de gestão administrativa.

## 17 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicações financeiras	22.736	20.068	1.147.225	669.029
Desconto	-	196	820.877	1.028.139
Variação cambial ativa	-	-	-	909
Juros	8.131	5.744	8.528	11.122
	<b>30.867</b>	<b>26.008</b>	<b>1.976.631</b>	<b>1.709.199</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros de empréstimos	(18.417.821)	(9.416.141)	(57.343.277)	(30.097.913)
Despesas bancárias	(113.107)	(108.278)	(128.684)	(3.447.763)
Variação cambial passiva	-	-	(6.903)	(1.204)
Despesas com IOF	(18)	-	(10.380)	(3.824)
Custos com empréstimos	-	(261.428)	-	(447.872)
Outras despesas financeiras	(283.318)	(6)	(2.565.235)	(596.328)
	<b>(18.814.265)</b>	<b>(9.785.853)</b>	<b>(60.054.479)</b>	<b>(34.594.904)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(18.783.398)</b>	<b>(9.759.845)</b>	<b>(58.077.848)</b>	<b>(32.885.705)</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o IRPJ e CSLL pelo método do lucro real e as suas controladas apuram pelo método do lucro presumido.

Abaixo segue a conciliação dos tributos sobre o lucro:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Lucro antes do imposto</b>	(7.480.972)	13.113.294	(4.238.318)	16.927.665
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	(2.543.530)	4.458.520	(1.441.028)	5.755.406
. Resultados de controladas por equivalência	(4.094.200)	(8.042.858)	-	-
. Despesas não dedutíveis para fins de impostos	180.428	180.428	180.428	180.428
. Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	6.449.939	3.393.504	6.449.939	3.393.504
. Parcela do lucro não sujeita ao adicional de imposto de renda	-	-	-	-
. Diferenças temporárias de períodos anteriores baixadas no exercício	-	3.044	-	3.043
. Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(1.954.048)	(5.525.373)
. Outros	7.362	7.362	7.362	7.362
<b>Encargo fiscal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.242.654</b>	<b>3.814.371</b>
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(3.948.459)	(3.175.877)
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	705.806	- 638.494
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.242.654)</b>	<b>(3.814.371)</b>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0%	0%	-77%	23%
<b>Imposto por natureza</b>				
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)			2.868.644	1.635.356
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras			672.055	581.128
IRPJ e CSLL sobre outras receitas			407.761	959.394
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.948.459</b>	<b>3.175.877</b>

## 19 Transações com parte relacionadas

As transações com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

### 19.1 Dividendos a receber

	<b>Controladora</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Pirapora II Energias Renováveis S/A	1.121.841	1.867.647
Pirapora III Energias Renováveis S/A	904.087	1.930.426
Pirapora IV Energias Renováveis S/A	833.989	1.820.100
<b>Total</b>	<b>2.859.917</b>	<b>5.618.173</b>

## 19.2 Dividendos a pagar

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	6.228.815	1.557.204
Ômega Geração S/A	6.228.815	1.557.204
<b>Total</b>	<b>12.457.629</b>	<b>3.114.408</b>

## 19.3 Remuneração do pessoal chave da administração

Durante os exercícios de 2021 e 2020 a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração em 2021 e 2020.

## 20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo para ativos e passivos idênticos (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo para ativos e passivos idênticos (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

*Pirapora II Solar Holding S.A Demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	8.663	7.944.525	18.711.981	18.436.073
Contas a receber	-	-	11.979.491	26.841.064
Dividendos a receber	2.859.919	5.618.173	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	9.442.357	649.919	23.809.489	31.322.030
<b>Passivos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	24.057	24.053	5.249.757	7.783.388
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	41.678	-
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	131.854.302	122.004.641	445.421.265	452.595.826
Dividendos a pagar	-	3.114.408	-	3.114.408
Arrendamentos mercantil	-	-	4.699.130	12.792.590

**a. Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	8.663	7.944.525	18.711.981	18.436.073
Contas a receber	-	-	11.979.491	26.841.064
Dividendos a receber	2.859.919	5.618.173	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	9.442.357	649.919	23.809.489	31.322.030

A administração avaliou, segundo sua política de PCE e, com base no CPC 48 (IFRS 9), conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

**b. Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pela TJLP e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade abaixo.

***Análise de sensibilidade***

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2022, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2022 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2021, cuja valor definido foi de 5,11% a.a. e com base na taxa TJLP publicada para o último trimestre de 2021, cuja valor definido foi de 5,32%, sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	2021	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
BNB	128.196.217	IPCA	35.375.599	40.340.6767	52.479.942
Debêntures	124.862.488	IPCA	9.208.708	10.285.806	11.371.028

**c. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

A seguir, está o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros na data da demonstração financeira:

	2021		2021	
	Controladora		Consolidado	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	24.056	-	5.249.757	-
Empréstimos e financiamentos	12.455.380	119.398.922	33.985.048	411.436.217
Arrendamento Mercantil	-	-	719.282	4.698.130
	<b>12.479.436</b>	<b>119.398.922</b>	<b>39.954.087</b>	<b>416.134.347</b>

	2020		2020	
	Controladora		Consolidado	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	24.053	-	7.783.388	-
Empréstimos e financiamentos	9.812.489	112.192.152	28.838.685	423.757.141
Arrendamento Mercantil	-	-	712.884	4.728.764
	<b>9.836.542</b>	<b>112.192.152</b>	<b>37.334.957</b>	<b>428.485.905</b>

**d. Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

**e. Gestão de capital**

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando- se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

## 21 Compromissos assumidos

**a. Contratos de venda de energia elétrica**

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

		Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
2022	Volume (MWh)	73.584	73.584	73.584
	Preço (R\$/MWh)	407,05	405,03	405,03
2022	Total (R\$ Mil)	<u>29.985</u>	<u>29.823</u>	<u>29.823</u>
2023-2038	Total (R\$ Mil)	<u>479.242</u>	<u>476.854</u>	<u>476.854</u>

## **22 Seguros**

Os saldos de despesas antecipadas são demonstrados a seguir:

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros S.A e a AXA Seguros, seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

### **Seguro Riscos Nomeados e Operacionais**

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada total é de R\$ 587.865.377 para as controladas tendo como vigência o período de 01/01/2021 à 31/12/2021. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 01/01/2022 à 31/12/2022.

<b>Coberturas consolidadas</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Lucro cessantes	R\$ 115.063.802
Danos materiais	R\$ 472.801.575
Importância segurada	R\$ 587.865.377

### **Seguro Responsabilidade Civil Geral**

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 118.061.080 tendo como vigência o período de 30/06/2021 à 30/06/2022.

#### **Coberturas**

Empregador, Empresa Concessionária ou Não de Serviços Públicos – Energia Responsabilidade Civil Cruzada, Puloção Súbita e Acidental	R\$ 118.061.080
--	-----------------